

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.334</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>713</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	3.195.882	3.481.773
1.01	Ativo Circulante	284.845	340.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.091	10.928
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.091	10.928
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.085	383
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.085	383
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.085	383
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.348	5.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.348	5.143
1.01.07	Despesas Antecipadas	489	640
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	489	640
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	255.832	323.566
1.01.08.03	Outros	255.832	323.566
1.01.08.03.01	Outros Créditos	3.577	2.357
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	318	334
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	235.732	310.857
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	16.205	10.018
1.02	Ativo Não Circulante	2.911.037	3.141.113
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.476	53.162
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.476	53.162
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	83	91
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.726	11.774
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	27.667	41.297
1.02.02	Investimentos	2.865.844	3.081.823
1.02.02.01	Participações Societárias	2.865.844	3.081.823
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.826.174	3.041.896
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	39.670	39.927
1.02.03	Imobilizado	4.982	5.044
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.982	5.044
1.02.04	Intangível	735	1.084
1.02.04.01	Intangíveis	735	1.084

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	3.195.882	3.481.773
2.01	Passivo Circulante	72.857	1.297.287
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.111	4.296
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.111	4.296
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.111	4.296
2.01.02	Fornecedores	716	763
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	716	763
2.01.03	Obrigações Fiscais	234	381
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	234	381
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	234	381
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.629	1.258.083
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.257.663
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.257.663
2.01.04.02	Debêntures	37.568	0
2.01.04.02.01	Debêntures	37.568	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	61	420
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	61	420
2.01.05	Outras Obrigações	30.167	33.764
2.01.05.02	Outros	30.167	33.764
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.277	1.319
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	169	880
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	10.003	8.140
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	14.718	23.425
2.02	Passivo Não Circulante	997.780	64.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	947.593	0
2.02.01.02	Debêntures	947.593	0
2.02.01.02.01	Debêntures	947.593	0
2.02.02	Outras Obrigações	50.180	64.177
2.02.02.02	Outros	50.180	64.177
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	22.475	23.144
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	6.043	7.109
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	21.662	33.924
2.02.04	Provisões	7	0
2.02.04.02	Outras Provisões	7	0
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	7	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.125.245	2.120.309
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	278	4.236
2.03.04.01	Reserva Legal	278	278
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.958

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.894	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	27.469	91.750	152.965	263.398
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.647	-13.326	-7.358	-13.988
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	106	196	38	92
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	235	453	167	349
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-129	-257	-129	-257
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.010	104.880	160.285	277.294
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	33.010	104.880	160.285	277.294
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.469	91.750	152.965	263.398
3.06	Resultado Financeiro	-34.490	-82.856	-25.604	-48.052
3.06.01	Receitas Financeiras	547	5.029	1.827	2.668
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.037	-87.885	-27.431	-50.720
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.021	8.894	127.361	215.346
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.021	8.894	127.361	215.346
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.021	8.894	127.361	215.346
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01009	0,01279	0,22341	0,38177
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01009	0,01279	0,22341	0,38177

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.021	8.894	127.361	215.346
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.021	8.894	127.361	215.346

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-35.683	-9.692
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.785	-12.784
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	8.894	215.346
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	733	503
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	73	28
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	83.782	47.138
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	7	42
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2	0
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-416	-1.492
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-104.880	-277.294
6.01.01.17	Amortização de ágio	257	257
6.01.01.18	Juros ativos - Mútuos	0	-71
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	3.767	2.759
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.898	3.092
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.205	386
6.01.02.03	Despesas antecipadas	151	-773
6.01.02.04	Depósitos judiciais	10	28
6.01.02.05	Outros créditos	-1.172	141
6.01.02.06	Fornecedores	-47	6.111
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-185	-511
6.01.02.08	Partes relacionadas	16	-207
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-147	125
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-1.380	-2.208
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-23.939	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	401.489	-17.105
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-299	-376
6.02.02	Aquisição de intangível	-96	-2
6.02.03	Aplicações financeiras	-1.702	260
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	378.999	41.001
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-6.066	-65.533
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	6.000	147
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	7.859	7.398
6.02.12	Investimento em controladas - Venda	16.794	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-356.643	1.659.999
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.110.359	-30.854
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-192.113	-3.973
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	945.829	0
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	0	11
6.03.07	Aporte de Capital	0	1.694.815
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.163	1.633.202
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.928	5.818



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.091	1.639.020

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	0	0	-3.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.894	0	8.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.894	0	8.894
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	278	8.894	0	2.125.245

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.694.815	0	0	0	0	1.694.815
5.04.01	Aumentos de Capital	1.694.815	0	0	0	0	1.694.815
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	215.346	0	215.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	215.346	0	215.346
5.07	Saldos Finais	2.055.715	61.768	0	-151.141	0	1.966.342

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.082	-4.590
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.082	-4.590
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.082	-4.590
7.04	Retenções	-990	-760
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-733	-503
7.04.02	Outras	-257	-257
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-257	-257
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.072	-5.350
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	109.909	279.962
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	104.880	277.294
7.06.02	Receitas Financeiras	5.029	2.668
7.06.03	Outros	453	349
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	453	349
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	105.290	274.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	105.290	274.961
7.08.01	Pessoal	8.349	8.749
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.012	8.447
7.08.01.02	Benefícios	185	204
7.08.01.03	F.G.T.S.	152	98
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.047	50.866
7.08.03.01	Juros	83.341	46.849
7.08.03.02	Aluguéis	162	146
7.08.03.03	Outras	4.544	3.871
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.894	215.346
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.894	215.346

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	15.902.610	16.393.894
1.01	Ativo Circulante	1.671.223	2.593.505
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.030.369	2.070.271
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.030.369	2.070.271
1.01.02	Aplicações Financeiras	161.389	168.272
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	161.389	168.272
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	56.634	67.731
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	104.755	100.541
1.01.03	Contas a Receber	234.688	204.197
1.01.03.01	Clientes	234.688	204.197
1.01.06	Tributos a Recuperar	108.172	62.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	108.172	62.323
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.349	18.994
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	29.349	18.994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	107.256	69.448
1.01.08.03	Outros	107.256	69.448
1.01.08.03.01	Outros créditos	90.979	59.066
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	72	364
1.01.08.03.05	Outros créditos - venda participação	16.205	10.018
1.02	Ativo Não Circulante	14.231.387	13.800.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.030.738	1.917.846
1.02.01.07	Tributos Diferidos	322.030	259.433
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322.030	259.433
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.761	1.645
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.703.947	1.656.768
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	210.323	206.283
1.02.01.10.04	Outros créditos	12.622	17.585
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	85.001	75.101
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	17.019	16.216
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda Participação	27.667	41.297
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	278.698	227.669
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva	1.072.617	1.072.617
1.02.03	Imobilizado	453.792	434.860
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	453.792	434.860
1.02.04	Intangível	11.746.857	11.447.683
1.02.04.01	Intangíveis	11.746.857	11.447.683

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	15.902.610	16.393.894
2.01	Passivo Circulante	2.411.284	4.081.087
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.138	87.317
2.01.01.01	Obrigações Sociais	86.138	87.317
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.138	87.317
2.01.02	Fornecedores	247.409	220.801
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	247.409	220.801
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.887	71.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.887	71.725
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.179	18.076
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	53.708	53.649
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.559.319	3.208.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.963	1.353.123
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	99.963	1.353.123
2.01.04.02	Debêntures	1.446.161	1.837.935
2.01.04.02.01	Debêntures	1.446.161	1.837.935
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	13.195	17.568
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	13.195	17.568
2.01.05	Outras Obrigações	330.356	360.118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.066	36.080
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	39.066	36.080
2.01.05.02	Outros	291.290	324.038
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.277	1.319
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	105.209	100.831
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	107.940	105.563
2.01.05.02.07	Contas a pagar - Aquisição de empresas	9.155	9.949
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	48.991	82.951
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	14.718	23.425
2.01.06	Provisões	112.175	132.500
2.01.06.02	Outras Provisões	112.175	132.500
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	89.390	95.143
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	22.785	37.357
2.02	Passivo Não Circulante	11.166.493	9.982.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.473.513	6.776.812
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.680.345	1.530.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.680.345	1.530.145
2.02.01.02	Debêntures	6.785.044	5.238.418
2.02.01.02.01	Debêntures	6.785.044	5.238.418
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.124	8.249
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	8.124	8.249
2.02.02	Outras Obrigações	2.136.310	2.698.547
2.02.02.02	Outros	2.136.310	2.698.547
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	1.948.334	2.503.885
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	141.237	129.195
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	18.135	21.084
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	6.942	10.459

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	21.662	33.924
2.02.03	Tributos Diferidos	6.918	6.489
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.918	6.489
2.02.04	Provisões	549.752	500.921
2.02.04.02	Outras Provisões	549.752	500.921
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	226.023	206.728
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	25.396	12.200
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	298.333	281.993
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.324.833	2.330.038
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	278	4.236
2.03.04.01	Reserva Legal	278	278
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.958
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.894	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	199.588	209.729

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.336.923	2.476.529	1.098.161	2.104.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-985.203	-1.738.404	-675.893	-1.232.969
3.03	Resultado Bruto	351.720	738.125	422.268	871.066
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.089	-130.600	-59.146	-118.933
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-70.461	-139.935	-62.315	-123.469
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	8.372	9.335	3.189	4.556
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	8.372	9.335	3.189	4.556
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-20	-20
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	0	0	-20	-20
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	289.631	607.525	363.122	752.133
3.06	Resultado Financeiro	-286.396	-551.143	-165.980	-410.120
3.06.01	Receitas Financeiras	72.421	172.302	62.085	79.400
3.06.02	Despesas Financeiras	-358.817	-723.445	-228.065	-489.520
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.235	56.382	197.142	342.013
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.297	-57.629	-69.781	-126.667
3.08.01	Corrente	-50.777	-119.797	-67.511	-145.500
3.08.02	Diferido	34.480	62.168	-2.270	18.833
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.062	-1.247	127.361	215.346
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.062	-1.247	127.361	215.346
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.021	8.894	127.361	215.346
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-6.041	-10.141	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01009	0,01279	0,22341	0,38177
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01009	0,01279	0,22341	0,38177



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.062	-1.247	127.361	215.346
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-13.062	-1.247	127.361	215.346
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.021	8.894	127.361	215.346
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-6.041	-10.141	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	735.867	862.993
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.109.490	1.228.695
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	-1.247	215.346
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	272.025	330.694
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	12.680	14.106
6.01.01.05	Capitalização de juros	-170.248	-30.948
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	719.357	378.017
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	35.860	34.510
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção	74.468	84.758
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	881	281
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	161.766	123.021
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-5.657	-1.376
6.01.01.12	Tributos diferidos	-62.168	-18.833
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	119.797	145.500
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-7.037	-1.607
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	1.876	1.062
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	0	20
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	8.166	1.225
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	-51.029	-47.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-373.623	-365.702
6.01.02.01	Clientes	-31.372	-38.392
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-46.652	-3.561
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-13.471	-4.855
6.01.02.04	Depósitos judiciais	1.617	1.498
6.01.02.05	Outros créditos	-18.757	-22.266
6.01.02.06	Fornecedores	26.608	16.001
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.179	-330
6.01.02.08	Partes relacionadas	3.278	11.429
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	59	1.903
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-19.520	-11.814
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-60.624	-109.909
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-45.723	-43.005
6.01.02.13	Outras contas a pagar	14.419	12.336
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-115.694	-151.477
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-66.612	-23.260
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.044.562	-1.001.186
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-78.904	-26.357
6.02.02	Aquisição de intangível	-977.537	-407.787
6.02.03	Aplicações financeiras	-4.214	51.791
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	8.234	-10.273
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	0	146

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	7.859	7.398
6.02.10	Outros Créditos - Conta reserva - Ecovias dos Imigrantes	0	-616.104
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-731.207	2.037.414
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.024.817	-453.076
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-711.170	-242.251
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.058.051	1.087.150
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-47.236	-43.762
6.03.07	Aporte de Capital	0	1.694.815
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-6.035	-5.462
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.039.902	1.899.221
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.070.271	1.342.219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.030.369	3.241.440

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	0	0	-3.958	0	-3.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958	0	-3.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.894	0	8.894	-10.141	-1.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.894	0	8.894	-10.141	-1.247
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	278	8.894	0	2.125.245	199.588	2.324.833

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.694.815	0	0	0	0	1.694.815	0	1.694.815
5.04.01	Aumentos de Capital	1.694.815	0	0	0	0	1.694.815	0	1.694.815
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	215.346	0	215.346	0	215.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	215.346	0	215.346	0	215.346
5.07	Saldos Finais	2.055.715	61.768	0	-151.141	0	1.966.342	0	1.966.342

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
7.01	Receitas	2.775.285	2.417.219
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.481.808	1.677.736
7.01.02	Outras Receitas	350.672	328.330
7.01.02.01	Outras Receitas	54.171	50.656
7.01.02.02	Portuárias	279.353	258.931
7.01.02.03	Logística	17.148	18.743
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	942.805	411.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.465.026	-908.674
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.291.105	-749.297
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-64.259	-49.576
7.02.04	Outros	-109.662	-109.801
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.310.259	1.508.545
7.04	Retenções	-272.025	-330.694
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-272.025	-330.694
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.038.234	1.177.851
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.302	79.380
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-20
7.06.02	Receitas Financeiras	172.302	79.400
7.06.03	Outros	9.335	4.556
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	9.335	4.556
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.219.871	1.261.787
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.219.871	1.261.787
7.08.01	Pessoal	242.365	220.499
7.08.01.01	Remuneração Direta	189.881	168.314
7.08.01.02	Benefícios	41.369	40.284
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.115	11.901
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	246.723	330.050
7.08.02.01	Federais	152.576	227.709
7.08.02.02	Estaduais	0	3
7.08.02.03	Municipais	94.147	102.338
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	732.030	495.892
7.08.03.01	Juros	317.769	218.804
7.08.03.02	Aluguéis	8.585	6.372
7.08.03.03	Outras	405.676	270.716
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.247	215.346
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.894	215.346
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-10.141	0

## Comentário do Desempenho

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

## Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
Concessões Rodoviárias	758,0	871,7	-13,1%	1.530,9	1.724,4	-11,2%
Receita de Construção	572,8	241,6	137,1%	942,8	411,2	129,3%
Ecoporto Santos	139,3	130,0	7,1%	279,4	258,9	7,9%
Ecopátio Cubatão	9,5	11,4	-16,3%	17,1	18,7	-8,5%
Serviços	83,2	80,1	3,8%	166,3	160,7	3,5%
Eliminações	(80,6)	(78,4)	2,8%	(161,2)	(156,7)	2,9%
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.482,2</b>	<b>1.256,5</b>	<b>18,0%</b>	<b>2.775,3</b>	<b>2.417,2</b>	<b>14,8%</b>
(-) Receita de Construção	(572,8)	(241,6)	137,1%	(942,8)	(411,2)	129,3%
<b>RECEITA BRUTA AJUSTADA</b>	<b>909,3</b>	<b>1.014,9</b>	<b>-10,4%</b>	<b>1.832,5</b>	<b>2.006,1</b>	<b>-8,7%</b>

A **receita bruta ajustada**, excluindo a receita de construção, atingiu R\$909,3 milhões no 2T22 (-10,4%) e R\$1.832,5 milhões no 1S22 (-8,7%). No 2T22, a redução deve-se, principalmente, ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021. **A receita bruta comparável**, desconsiderando a Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar e Ecovias do Cerrado,  **aumentou 9,3% no 2T22 e 11,2% no 1S22**, devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e aumento da receita bruta das operações do Ecoporto.

**Concessões rodoviárias:** R\$758,0 milhões no 2T22 (-13,1%) e R\$1.530,9 milhões no 1S22 (-11,2%). No 2T22, a redução deve-se, principalmente, ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021. **A receita bruta comparável**, desconsiderando a Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar e Ecovias do Cerrado,  **aumentou 10,0% no 2T22 e 12,1% no 1S22**, devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

**Ecoporto Santos:** R\$139,3 milhões no 2T22 (+7,1%) e R\$279,4 milhões no 1S22 (+7,9%). No 2T22, o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento das operações de armazenagem devido à retomada das importações.

**Ecopátio Cubatão:** R\$9,5 milhões no 2T22 (-16,3%) e R\$17,1 milhões no 1S22 (-8,5%). No 2T22, a variação deve-se à redução da movimentação de caminhões.

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
Pessoal	122,6	116,4	5,3%	242,4	220,5	9,9%
Conservação e Manutenção	42,5	47,4	-10,4%	80,9	88,7	-8,8%
Serviços de Terceiros	77,2	55,6	38,9%	145,6	119,2	22,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	31,7	29,0	9,2%	65,9	58,0	13,6%
Outros	35,4	40,8	-13,1%	69,4	65,1	6,5%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>309,4</b>	<b>289,2</b>	<b>7,0%</b>	<b>604,2</b>	<b>551,5</b>	<b>9,5%</b>
<b>CUSTOS CAIXA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>269,6</b>	<b>239,3</b>	<b>12,6%</b>	<b>533,4</b>	<b>456,1</b>	<b>16,9%</b>
Custo de Construção de Obras	572,8	241,6	137,1%	942,8	411,2	129,3%
Provisão para Manutenção	35,2	31,0	13,7%	59,3	63,1	-5,9%
Depreciação e Amortização	138,2	176,4	-21,6%	272,0	330,7	-17,7%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1.055,7</b>	<b>738,2</b>	<b>43,0%</b>	<b>1.878,3</b>	<b>1.356,4</b>	<b>38,5%</b>

1) Exclui custos e despesas da Ecovias do Cerrado, Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar e Ecovias do Araguaia.

Os **custos operacionais e despesas administrativas** totalizaram R\$1.055,7 milhões no 2T22 (+43,0%) e R\$1.878,3 milhões no 1S22 (+38,5%) devido, principalmente, ao aumento em Custo de Construção (não caixa).

Os **custos caixa**, desconsiderando o Custo de Construção, Provisão para Manutenção, Depreciação e Amortização, atingiram R\$309,4 milhões no 2T22 (+7,0%) e R\$604,2 milhões no 1S22 (+9,5%).

### Comentário do Desempenho

Os **custos caixa ajustado**, desconsiderando os custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia, que ainda não iniciou a cobrança de pedágio, totalizaram R\$269,6 milhões no 2T22 (+12,6%) e R\$533,4 milhões no 1S22 (+16,9%). **A inflação (IPCA) atingiu 11,9% nos últimos doze meses** (base: junho/22). **No 2T22**, o aumento de 12,6% (+R\$30,2 milhões) deve-se, principalmente, ao incremento em Serviços de Terceiros (+R\$15,8 milhões) em função dos custos variáveis relacionados ao crescimento das operações de armazenagem do Ecoporto e dos gastos com assessoria para estudos de futuros leilões de concessões rodoviárias e em Pessoal (+R\$10,0 milhões), devido aos reajustes salariais e verbas não-recorrentes.

### Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
Concessões Rodoviárias	251,8	256,9	-2,0%	493,1	488,4	1,0%
Ecoporto Santos	59,8	46,9	27,5%	111,9	92,9	20,4%
Ecopátio Cubatão	4,9	5,1	-4,0%	8,8	9,3	-5,6%
Serviços e Holding	69,4	55,3	25,6%	143,6	110,9	29,5%
Eliminações	(76,6)	(75,0)	2,1%	(153,2)	(150,0)	2,2%
<b>CUSTOS CAIXA</b>	<b>309,4</b>	<b>289,2</b>	<b>7,0%</b>	<b>604,2</b>	<b>551,5</b>	<b>9,5%</b>
<b>CUSTOS CAIXA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>269,6</b>	<b>239,3</b>	<b>12,6%</b>	<b>533,4</b>	<b>456,1</b>	<b>16,9%</b>
Custo de Construção de Obras	572,8	241,6	137,1%	942,8	411,2	129,3%
Provisão para Manutenção	35,2	31,0	13,7%	59,3	63,1	-5,9%
Depreciação e Amortização	138,2	176,4	-21,6%	272,0	330,7	-17,7%
<b>CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1.055,7</b>	<b>738,2</b>	<b>43,0%</b>	<b>1.878,3</b>	<b>1.356,4</b>	<b>38,5%</b>

1) Exclui custos e despesas da Ecovias do Cerrado, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecovias do Araguaia.

Os **custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$251,8 milhões no 2T22 (-2,0%) e R\$493,1 milhões no 1S22 (+1,0%)**. Os **custos caixa ajustado**, desconsiderando os custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia, que ainda não iniciou a cobrança de pedágio, totalizaram R\$205,2 milhões no 2T22 (+7,4%) e R\$408,8 milhões no 1S22 (+13,2%). **No 2T22**, o aumento de 7,4% (+R\$14,3 milhões) deve-se, principalmente, ao incremento em Serviços Compartilhados prestados pela Ecorodovias Concessões e Serviços (+R\$10,7 milhões).

Os **custos caixa do Ecoporto** totalizaram R\$59,8 milhões no 2T22 (+27,5%) e R\$111,9 milhões no 1S22 (+20,4%). No 2T22, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em Serviços de Terceiros em função dos custos variáveis de transportes e fretes e mão de obra avulsa (OGMO), relacionados ao crescimento das operações de armazenagem e em Pessoal, em função de verbas não-recorrentes.

Os **custos caixa do Ecopátio Cubatão** totalizaram R\$4,9 milhões no 2T22 (-4,0%) e R\$8,8 milhões no 1S22 (-5,6%). No 2T22, a redução deve-se, principalmente, à diminuição em Pessoal em função de verbas não-recorrentes.

Os **custos caixa de Serviços e Holding** totalizaram R\$69,4 milhões no 2T22 (+25,6%) e R\$143,6 milhões no 1S22 (+29,5%). No 2T22, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em Serviços de Terceiros em função dos gastos com assessoria para estudos de futuros leilões de concessões rodoviárias e em Pessoal, devido aos reajustes salariais.



## Comentário do Desempenho

### EBITDA

EBITDA (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores</b>	<b>(7,0)</b>	<b>127,4</b>	<b>n.m.</b>	<b>8,9</b>	<b>215,3</b>	<b>-95,9%</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(6,0)	-	n.m.	(10,1)	-	n.m.
Lucro Líquido	(13,1)	127,4	n.m.	(1,2)	215,3	n.m.
(+) Depreciação e Amortização	138,2	176,4	-21,6%	272,0	330,7	-17,7%
(+) Resultado Financeiro	286,4	166,0	72,5%	551,1	410,1	34,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	16,3	69,8	-76,6%	57,6	126,7	-54,5%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>427,9</b>	<b>539,5</b>	<b>-20,7%</b>	<b>879,6</b>	<b>1.082,8</b>	<b>-18,8%</b>
(+) Provisão para Manutenção	35,2	31,0	13,7%	59,3	63,1	-5,9%
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>2</sup></b>	<b>463,1</b>	<b>570,5</b>	<b>-18,8%</b>	<b>938,9</b>	<b>1.145,9</b>	<b>-18,1%</b>
<b>MARGEM EBITDA AJUSTADA<sup>2</sup></b>	<b>60,6%</b>	<b>66,6%</b>	<b>-6,0 p.p.</b>	<b>61,2%</b>	<b>67,7%</b>	<b>-6,5 p.p.</b>

1) EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

### EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T22	Margem	2T21	Margem	Var.
<b>Concessões Rodoviárias<sup>1</sup></b>	<b>441,1</b>	<b>63,7%</b>	<b>542,0</b>	<b>68,1%</b>	<b>-18,6%</b>
Concessões maduras	446,7	68,5%	402,9	68,0%	10,9%
Ecovia Caminho do Mar	(3,8)	n.m.	56,7	75,8%	n.m.
Ecocataratas	(2,8)	n.m.	63,7	71,2%	n.m.
Ecovias do Araguaia	(21,1)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecovias do Cerrado	22,1	54,2%	18,7	47,0%	18,7%
<b>Ecoporto Santos</b>	<b>9,6</b>	<b>13,9%</b>	<b>10,4</b>	<b>18,2%</b>	<b>-7,7%</b>
<b>Serviços e Holding</b>	<b>8,9</b>	<b>11,9%</b>	<b>12,6</b>	<b>17,6%</b>	<b>-29,8%</b>
<b>Ecopátio Cubatão</b>	<b>3,5</b>	<b>348,4%</b>	<b>5,5</b>	<b>550,1%</b>	<b>-36,7%</b>
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>463,1</b>	<b>60,6%</b>	<b>570,5</b>	<b>66,6%</b>	<b>-18,8%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA<sup>2</sup></b>	<b>764,1</b>		<b>856,6</b>		<b>-10,8%</b>

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui Receita de Construção.

O EBITDA ajustado totalizou R\$463,1 milhões no 2T22 (-18,8%) e a margem EBITDA ajustada atingiu 60,6%. A redução deve-se, principalmente, ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021 e aos custos e despesas da Ecovias do Araguaia, que ainda não iniciou a cobrança de pedágio. **O EBITDA comparável**, desconsiderando a Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia,  **aumentou 8,6%** devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

EBITDA (em milhões de R\$)	1S22	Margem	1S21	Margem	Var.
<b>Concessões Rodoviárias<sup>1</sup></b>	<b>907,0</b>	<b>64,8%</b>	<b>1.090,3</b>	<b>69,2%</b>	<b>-16,8%</b>
Concessões maduras	912,3	69,1%	818,8	69,5%	11,4%
Ecovia Caminho do Mar	(8,7)	n.m.	115,7	75,6%	-107,5%
Ecocataratas	(4,9)	n.m.	123,3	71,0%	-104,0%
Ecovias do Araguaia	(32,3)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecovias do Cerrado	40,6	51,7%	32,5	45,6%	25,1%
<b>Ecoporto Santos</b>	<b>20,5</b>	<b>15,6%</b>	<b>22,3</b>	<b>19,5%</b>	<b>-7,9%</b>
<b>Serviços e Holding</b>	<b>5,2</b>	<b>3,5%</b>	<b>25,5</b>	<b>17,8%</b>	<b>-79,8%</b>
<b>Ecopátio Cubatão</b>	<b>6,2</b>	<b>42,3%</b>	<b>7,8</b>	<b>48,4%</b>	<b>-20,2%</b>
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>938,9</b>	<b>61,2%</b>	<b>1.145,9</b>	<b>67,7%</b>	<b>-18,1%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA<sup>2</sup></b>	<b>1.533,7</b>		<b>1.692,9</b>		<b>-9,4%</b>

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui Receita de Construção.

## Comentário do Desempenho

O EBITDA ajustado totalizou R\$938,9 milhões no 1S22 (-18,1%) e a margem EBITDA ajustada atingiu 61,2%. **O EBITDA comparável**, desconsiderando a Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia,  **aumentou 8,0%**.

## Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
Juros sobre Debêntures	(209,8)	(76,8)	173,0%	(369,0)	(139,2)	165,1%
Varição Monetária sobre Debêntures	(104,7)	(50,2)	108,4%	(198,8)	(111,8)	77,8%
Juros sobre Financiamentos	(35,6)	(55,3)	-35,7%	(114,0)	(105,9)	7,7%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(59,8)	(16,1)	271,2%	(116,6)	(83,1)	40,2%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(15,3)	(4,2)	267,1%	(22,2)	(7,7)	189,0%
Receitas de Aplicações Financeiras	45,5	13,6	233,4%	105,1	21,1	n.m.
Ajuste a Valor Presente	(8,9)	(10,9)	-18,3%	(15,1)	(21,7)	-30,3%
Atualização Monetária - Acordos <sup>1</sup>	(3,1)	(2,0)	57,0%	(8,2)	(3,8)	116,1%
Outros Efeitos Financeiros	86,5	(6,8)	n.m.	133,4	(8,5)	n.m.
Varição monetária de ativo sujeito à indenização	18,7	42,7	-56,2%	54,2	50,5	7,3%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(286,4)</b>	<b>(166,0)</b>	<b>72,5%</b>	<b>(551,1)</b>	<b>(410,1)</b>	<b>34,4%</b>

1) Acordo de Leniência, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e Acordo de Não Persecução Cível.

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$120,4 milhões no 2T22 (+72,5%) e R\$141,0 milhões no 1S22 (+34,4%). Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- Juros sobre debêntures:** incremento de R\$132,9 milhões devido ao aumento do CDI e do endividamento em debêntures.
- Varição monetária sobre debêntures:** aumento de R\$54,5 milhões em função do incremento do IPCA e endividamento atrelado ao índice.
- Juros sobre financiamentos:** redução de R\$19,8 milhões decorrente da quitação da 7ª emissão de notas promissórias da Ecorodovias Infraestrutura e Logística em março/22.
- Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** aumento de R\$43,7 milhões (não caixa) devido ao incremento do IPCA.
- Outros efeitos financeiros:** receita financeira devido aos juros capitalizados em função das despesas financeiras da Holding do Araguaia.
- Varição monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto. No 2T22, a variação deve-se à redução do IGP-M.
- Receita de aplicações financeiras:** aumento de R\$31,9 milhões em função do incremento do CDI.

Os juros pagos totalizaram R\$390,0 milhões no 2T22 (+127,8%) e R\$711,2 milhões no 1S22 (+193,6%).

## Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$16,3 milhões no 2T22 (-76,6%) e R\$57,6 milhões no 1S22 (-54,5%). Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide Nota Explicativa [14.b] disponível nas Informações Trimestrais (30/06/2022).

Os impostos pagos totalizaram R\$51,8 milhões no 2T22 (-25,3%) e R\$115,7 milhões no 1S22 (-23,6%).

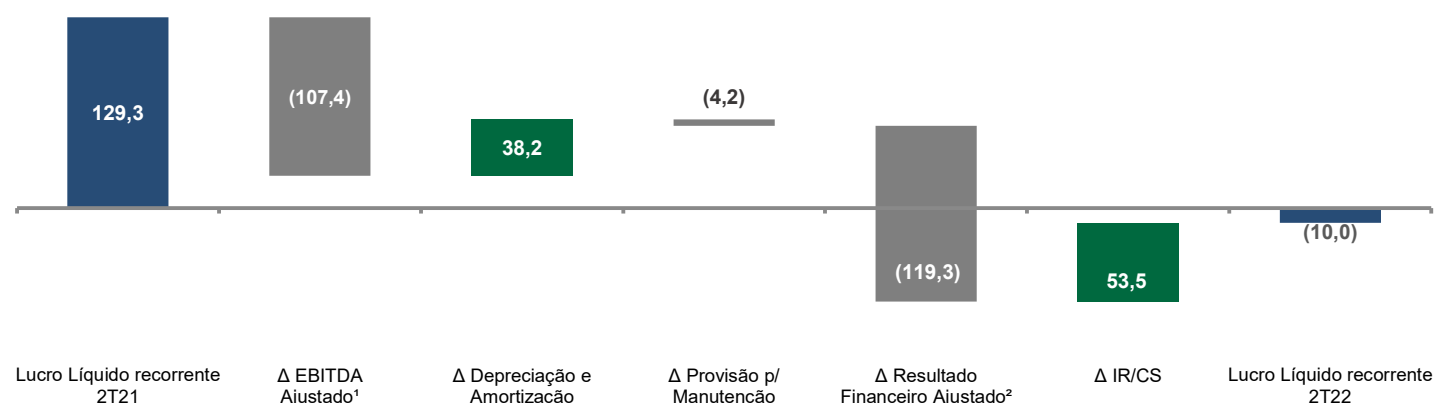
## Lucro (Prejuízo) Líquido Recorrente

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T22	2T21	Var.	1S22	1S21	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(13,1)	127,4	n.m.	(1,2)	215,3	n.m.
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores</b>	<b>(7,0)</b>	<b>127,4</b>	<b>n.m.</b>	<b>8,9</b>	<b>215,3</b>	<b>-95,9%</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(6,0)	-	n.m.	(10,1)	-	n.m.
(+) Atualização Monetária - Acordos <sup>1</sup>	3,1	2,0	57,0%	8,2	3,8	116,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE</b>	<b>-10,0</b>	<b>129,3</b>	<b>n.m.</b>	<b>6,9</b>	<b>219,1</b>	<b>-96,8%</b>

1) Atualização monetária do Acordo de Leniência, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e Acordo de Não Persecução Cível.

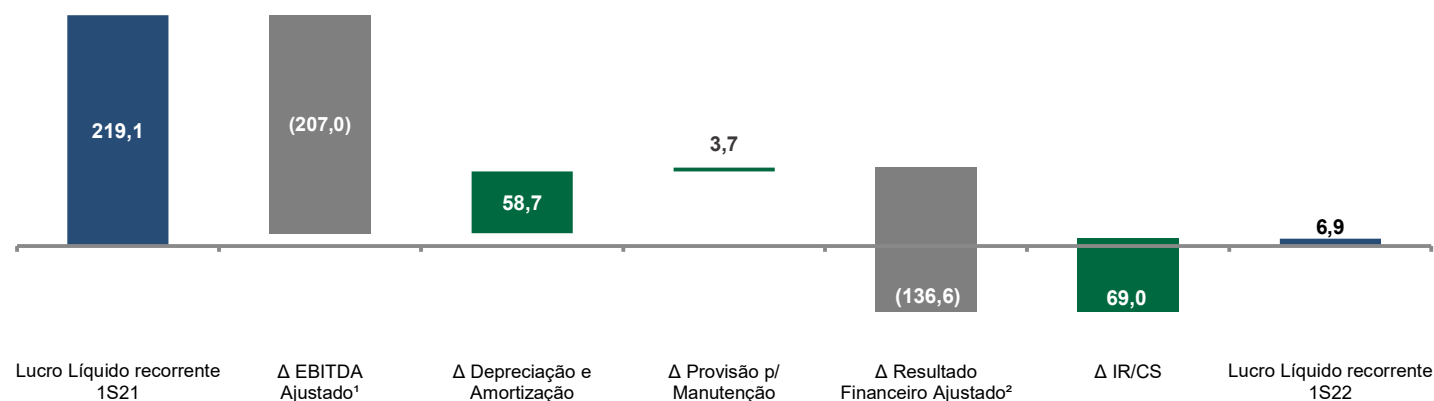
## Comentário do Desempenho

### Evolução do Lucro Líquido Recorrente (em milhões de R\$)



1) Exclui Provisão para Manutenção. 2) Exclui atualização monetária do Acordo de Leniência, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e Acordo de Não Persecução Cível.

O prejuízo líquido recorrente totalizou R\$10,0 milhões no 2T22 devido à diminuição do EBITDA ajustado, principalmente, em função do encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021 e ao resultado financeiro.



1) Exclui Provisão para Manutenção. 2) Exclui atualização monetária do Acordo de Leniência, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e Acordo de Não Persecução Cível.

No 1S22, o lucro líquido recorrente totalizou R\$6,9 milhões.

### Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta atingiu R\$10.011,5 milhões em junho de 2022, redução de 2,7% em relação ao 1T22 devido, principalmente, à amortização parcial da 2ª emissão de debêntures da Ecovias dos Imigrantes em abril/22.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$1.276,8 milhões em junho de 2022, redução de 41,5% em relação ao saldo de março de 2022 devido, principalmente, à realização de investimentos (*capex*).

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou junho de 2022 em 4,1x, 0,5x acima do resultado de março de 2022 (3,6x) em razão, principalmente, da redução do EBITDA ajustado (últimos 12 meses) em função do encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021 e do aumento da dívida líquida.

## Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2022	31/03/2022	Var.
Curto Prazo	1.546,1	1.411,4	9,5%
Longo Prazo	8.465,4	8.873,8	-4,6%
Dívida Bruta Total <sup>1</sup>	10.011,5	10.285,2	-2,7%
(-) Caixa e equivalentes	1.276,8	2.181,3	-41,5%
Dívida Líquida	8.734,8	8.103,9	7,8%
<b>DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado<sup>2</sup> UDM<sup>3</sup></b>	<b>4,1x</b>	<b>3,6x</b>	<b>0,5x</b>

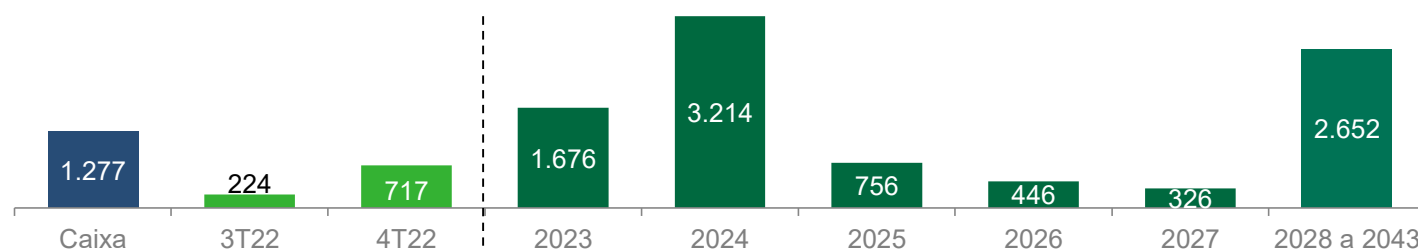
1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

2) Exclui a provisão de multa do Acordo de Não Persecução Cível.

3) UDM = últimos 12 meses.

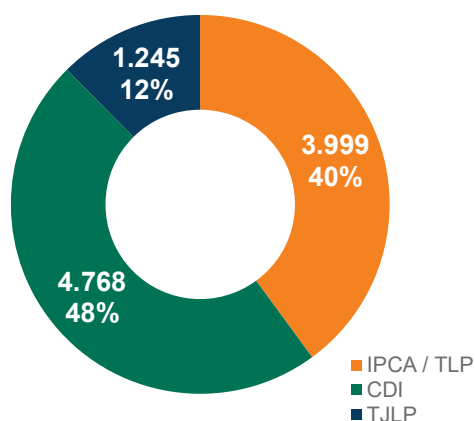
A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da **Ecorodovias Concessões e Serviços (ECS)** encerrou junho de 2022 em 3,7x.

### Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/06/2022:

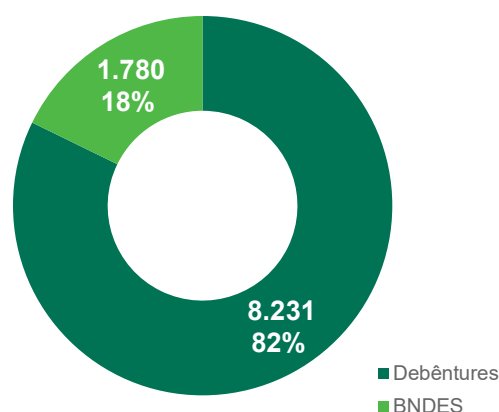


Os vencimentos no 3T22 e 4T22 totalizam R\$941,5 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa somam R\$1.276,8 milhões, equivalente a 1,4x (vez) os vencimentos de 2022. No 3T22, os vencimentos estão distribuídos entre a Ecorodovias Concessões e Serviços (ECS) (R\$89,9 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$38,6 milhões) e concessões rodoviárias (R\$95,6 milhões). No 4T22, estão distribuídos entre a ECS (R\$633,0 milhões) e concessões rodoviárias (R\$84,5 milhões).

**Dívida Bruta – 30/06/2022**  
por indexador (em milhões de R\$ e %)



**Dívida Bruta – 30/06/2022**  
por instrumento (em milhões de R\$ e %)



## Comentário do Desempenho

### Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	2T22			1S22		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	INTANGÍVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL
<b>Concessões Rodoviárias</b>	<b>642,7</b>	<b>29,8</b>	<b>672,5</b>	<b>1.095,3</b>	<b>60,6</b>	<b>1.156,0</b>
Ecovias dos Imigrantes	52,4	3,8	56,2	79,1	7,5	86,7
Ecopistas	10,5	7,0	17,4	10,5	10,0	20,6
Ecosul	11,1	2,7	13,8	23,2	5,6	28,7
Eco101	85,3	6,5	91,8	156,2	18,6	174,8
Ecoponte	5,6	3,2	8,8	14,2	5,2	19,3
Eco135	120,7	-	120,7	234,5	0,0	234,6
Eco050	35,3	6,6	42,0	73,1	13,7	86,8
Ecovias do Cerrado	64,5	-	64,5	142,9	-	142,9
Ecovias do Araguaia	257,4	0,0	257,4	361,6	0,0	361,6
<b>Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão</b>	<b>2,7</b>	<b>-</b>	<b>2,7</b>	<b>4,4</b>	<b>-</b>	<b>4,4</b>
<b>Outros<sup>1</sup></b>	<b>68,7</b>	<b>-</b>	<b>68,7</b>	<b>134,7</b>	<b>-</b>	<b>134,7</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(4,1)</b>	<b>-</b>	<b>(4,1)</b>	<b>(7,8)</b>	<b>-</b>	<b>(7,8)</b>
<b>CAPEX</b>	<b>710,1</b>	<b>29,8</b>	<b>739,9</b>	<b>1.226,7</b>	<b>60,6</b>	<b>1.287,3</b>

1) Considera Serviços e Holding e a capitalização de encargos financeiros do financiamento da Holding do Araguaia.

No 2T22, o capex realizado totalizou R\$739,9 milhões. Os principais investimentos nas concessões rodoviárias destinaram-se à: implantação de prédios operacionais (praças de pedágio e bases operacionais) e obras de conservação especial de pavimento na Ecovias do Araguaia, obras de duplicação e conservação especial de pavimento na Eco135 e Eco101 e melhorias em intersecções e acessos e obras de conservação especial de pavimento na Ecovias do Cerrado.

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) localizados em nove estados, abrangendo os principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 11.

Em 27 de julho de 2022, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 28 de julho de 2022.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021"), publicadas no dia 15 de março de 2022 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm), [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri).

### 3. PRINCIPAIS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2022, e concluiu que não há impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas

### 4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	32	18	15.710	19.043
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	19.863	5.440	997.894	1.428.482
Operações compromissadas (b)	-	5.302	7.877	32.803
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	74	574.783
Aplicações automáticas (d)	196	168	8.814	15.160
	<u>20.091</u>	<u>10.928</u>	<u>1.030.369</u>	<u>2.070.271</u>

- (a) Em 30 de junho de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 90,5% em Certificado de Depósito Bancário e 9,5% em cotas de fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 30 de junho de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 84,6% do CDI em 30 de junho de 2022 (83,9% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 75% do CDI em 30 de junho de 2022 (102,5% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

## Notas Explicativas

### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	2.085	383	104.755	100.541
	<u>2.085</u>	<u>383</u>	<u>104.755</u>	<u>100.541</u>

Em 30 de junho de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,2% do CDI em 30 de junho de 2022, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (Em 31 de dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 de dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 de junho de 2022).

### 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

	30/06/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	98.405	102.201
Certificado de depósito bancário (CDB)	43.224	40.631
Conta corrente - Reserva	6	-
	<u>141.635</u>	<u>142.832</u>
Circulante	56.634	67.731
Não circulante	85.001	75.101

Em 30 de junho de 2022, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

### 8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/06/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico	170.540	157.369
Receitas acessórias	2.831	2.441
Recebíveis de portos	38.712	28.162
Outras contas a receber	29.454	22.193
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(6.849)	(5.968)
	<u>234.688</u>	<u>204.197</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	232.796	201.570
Vencidos:		
Até 30 dias	2.347	4.061
De 31 a 90 dias	1.870	677
De 90 a 120 dias	571	168
Acima de 120 dias	3.953	3.689
	<u>241.537</u>	<u>210.165</u>



**Notas Explicativas**

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Saldo no início do período	5.968	7.848
Valores recuperados e baixados	(2.187)	(4.662)
Constituição de PECLD	3.068	4.943
Saldo no fim do período	<u>6.849</u>	<u>8.129</u>

**9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO****a) Conta Reserva - Ecovias do Araguaia**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recurso vinculado	1.072.617	1.072.617
	<u>1.072.617</u>	<u>1.072.617</u>

**b) Ativo sujeito a indenização**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro	278.698	227.669
Residual Ativo Imobilizado	46.933	66.585
	<u>325.631</u>	<u>294.254</u>

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza:</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	68	66	13.004	7.905
Tributário	-	-	905	6.025
Trabalhista	15	25	19.217	20.214
Meio Ambiente	-	-	65.895	63.511
Desapropriações	-	-	23.830	23.831
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	87.472	84.797
	<u>83</u>	<u>91</u>	<u>210.323</u>	<u>206.283</u>

**Notas Explicativas**

## 11. INVESTIMENTOS

## a) Controladora

	31/12/2021	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Redução de Capital	Equivalência patrimonial	30/06/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	(303.868)	-	-	-	61.670	2.331.385
Ecoporto Santos S.A.	309.150	-	5.000	-	-	47.230	361.380
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	-	715	-	-	(704)	63.923
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	-	-	-	-	(6.177)	10.071
EIL 01 Participações S.A.	366	(6)	-	-	-	12	372
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (i)	16.200	-	350	(16.794)	-	244	-
EIL06 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	63.276	-	-	-	(6.000)	2.579	59.855
Lucros não realizados - Eco101	(839)	-	-	-	-	26	(813)
	<u>3.041.896</u>	<u>(303.874)</u>	<u>6.066</u>	<u>(16.794)</u>	<u>(6.000)</u>	<u>104.880</u>	<u>2.826.174</u>

(i) Em 25 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social da Concessionária do Rodoanel Norte S.A. ("Ecorodoanel"), para sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., pelo seu valor contábil na data-base 30 de abril de 2022, conforme laudo de avaliação emitido pela APSIS Consultoria e Avaliações Ltda.

b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2021	Amortização	30/06/2022
Ágio – Ecosul	2.183	(257)	1.926
Mais Valia – Anish	37.744	-	37.744
	<u>39.927</u>	<u>(257)</u>	<u>39.670</u>

**Notas Explicativas****12. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,6	14,7	6,4	-	4,4	1,0	7,6	9,9	5,1	-
<b>CUSTO</b>										
Saldos em 31/12/2021	482.907	334.295	27.964	108.406	96.178	258.716	26.390	45.816	20.760	1.401.432
Adições	52.726	9.989	1.342	-	2	85	896	13.618	246	78.904
Baixas	(9.177)	(10.695)	(1.372)	-	-	(44)	(2.731)	(1)	(6.303)	(30.323)
Transferências	1.385	-	95	-	-	-	-	-	-	1.480
Saldos em 30/06/2022	527.841	333.589	28.029	108.406	96.180	258.757	24.555	59.433	14.703	1.451.493
<b>DEPRECIÇÃO</b>										
Saldos em 31/12/2021	(387.930)	(192.941)	(20.623)	-	(61.009)	(244.846)	(21.947)	(23.831)	(13.445)	(966.572)
Adições	(16.667)	(24.104)	(882)	-	(2.115)	(1.275)	(914)	(2.616)	(372)	(48.945)
Baixas	8.929	2.338	1.229	-	-	-	2.731	1	2.805	18.033
Transferências	46	626	42	-	-	(1.498)	3	564	-	(217)
Saldos em 30/06/2022	(395.622)	(214.081)	(20.234)	-	(63.124)	(247.619)	(20.127)	(25.882)	(11.012)	(997.701)
<b>RESIDUAL</b>										
Em 30/06/2022	132.219	119.508	7.795	108.406	33.056	11.138	4.428	33.551	3.691	453.792
Em 31/12/2021	94.977	141.354	7.341	108.406	35.169	13.870	4.443	21.985	7.315	434.860

Em 30 de junho de 2022, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

## Notas Explicativas

## 13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	4,1	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
Adições	151.183	-	10.321	984.603	-	5.973	1.152.080
Baixas (d)	(625.566)	-	(287)	(1.446)	(1.280)	-	(628.579)
Transferências	601.763	-	18	(603.261)	-	-	(1.480)
Saldos em 30/06/2022	14.626.177	8.561	202.061	2.038.582	1.598	93.188	16.970.167
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
Adições	(206.456)	(257)	(5.782)	-	(33)	(10.552)	(223.080)
Baixa	2	-	14	-	-	-	16
Transferências	2	-	215	-	-	-	217
Saldos em 30/06/2022	(4.976.033)	(6.499)	(166.899)	-	(1.104)	(72.775)	(5.223.310)
RESIDUAL							
Em 30/06/2022	9.650.144	2.062	35.162	2.038.582	494	20.413	11.746.857
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2022 foram 2,84% a.a. (4,72% a.a. em 30 de junho de 2021).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2022 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.
- (d) Conforme Nota Explicativa nº 21.iv), em 29 de junho de 2022, a controlada Eco135 celebrou o 1º Termo Aditivo ao seu contrato de Concessão, registrando um estorno de R\$253.718 da outorga fixa a ser paga ao Poder Concedente. Conforme Nota Explicativa nº 21.v), na mesma ocasião, de acordo com os CPCs 00 e 12, a controlada realizou a revisão da taxa de AVP, resultando num estorno de R\$366.262.

No período findo em 30 de junho de 2022, foram capitalizados R\$170.248 referentes a encargos financeiros (R\$30.948 em 30 de junho de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária.

**Notas Explicativas****14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Tributos diferidos – CONSOLIDADO**

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	30/06/2022	30/06/2022
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.528	-	(175)	1.353	(175)
Ecocataratas	1	-	-	1	-
Ecopátio	2.313	-	(144)	2.169	(144)
Argovias	11.678	2.050	-	13.728	2.050
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	16.943	2.076	(5.581)	13.438	(3.505)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	205.077	83.403	(782)	287.698	82.621
Provisão para manutenção	74.618	18.525	(13.997)	79.146	4.528
AVP ônus Concessão	36.371	8.789	(20.109)	25.051	(11.320)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	591	348	(79)	860	269
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(35.068)	-	1.658	(33.410)	1.658
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(59.536)	(14.598)	977	(73.157)	(13.621)
Outros	(40)	139	(332)	(233)	(193)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	252.944	100.732	(38.564)	315.112	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					62.168

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Ecofonte, Eco050, Eco135 e Ecovias do Araguaia.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 30 de junho de 2022 R\$322.030 no ativo não circulante, R\$6.918 no passivo não circulante e registrou R\$62.168 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período. (Em 31 de dezembro de 2021 R\$259.433 no ativo não circulante e R\$6.489 no passivo não circulante).

**b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.894	215.346	56.382	342.013
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(3.024)	(73.218)	(19.170)	(116.284)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(2.538)	(2.405)
Gratificações/PPR diretores	(563)	(606)	(1.411)	(1.128)
Equivalência patrimonial	35.659	94.280	-	(7)
Despesas indedutíveis	(5)	(5)	(237)	(172)
Amortização de ágio	(87)	(87)	17.204	14.435
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	540	577
Créditos tributários não constituídos (i)	(30.866)	(28.391)	(87.906)	(29.025)
Baixa créditos tributários anos anteriores	-	-	-	218
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(1.281)	(938)	(2.775)	(1.282)
Capitalização juros s/ investimentos	-	-	38.865	-
Outros	167	8.965	(201)	8.406
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(57.629)	(126.667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(119.797)	(145.500)
Impostos diferidos	-	-	62.168	18.833
Taxa efetiva	-	-	n.m.	37,0%

- (i) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos, Ecovia, Ecocataratas, Eco101, Argovias e Holding do Araguaia.

**Notas Explicativas**

## c) Provisão para imposto de renda e contribuição social - CONSOLIDADO

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo no início do período provisão IR/CS	18.076	24.970
Despesa IR/CS DRE	119.797	145.500
Total de IR/CS pagos	(115.694)	(151.477)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	22.179	18.993

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	-	-	1.259.213	1.112.097
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	-	-	401.197	409.296
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	-	-	104.271	93.135
Notas Promissórias	-	1.257.663	-	1.257.663
Outros	-	-	15.627	11.077
	-	1.257.663	1.780.308	2.883.268
Circulante	-	1.257.663	99.963	1.353.123
Não Circulante	-	-	1.680.345	1.530.145

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Saldo no início do período	1.257.663	1.243.363	2.883.268	3.025.344
Adições (*)	-	-	170.513	121.104
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	44.443	44.590	136.230	113.589
Pagamento principal (**)	(1.110.000)	(30.000)	(1.150.847)	(331.287)
Pagamento de juros	(192.106)	(1.869)	(258.856)	(60.725)
Saldo no fim do período	-	1.256.084	1.780.308	2.868.025
Circulante	-	1.256.084	99.963	1.351.234
Não circulante	-	-	1.680.345	1.516.791

Os vencimentos das parcelas não circulantes, tem a seguinte distribuição, por ano:

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
2023	49.416	93.061
2024	107.937	101.965
2025	113.338	106.666
2026	118.767	111.379
2027	123.271	116.358
Posteriores a 2027	1.167.616	1.000.716
	1.680.345	1.530.145

Em 30 de junho de 2022, as alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão destacadas abaixo:

**Notas Explicativas****(\*) Liberações**

Companhia	Modalidade	Montante
Eco050	BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	11.829
	Finame	4.134
Eco135	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	127.451
	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	17.623
	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	1.548
Ecoponte	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	7.617
	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	311

**(\*\*) Pagamento**

Companhia: 7ª emissão de Notas Promissórias, sendo o valor principal de R\$1.110.000.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”). Conforme demonstrado abaixo, as controladas da Companhia estão adimplentes com todas os índices financeiros (“covenants”) dos referidos contratos, exceto pelos índices da controlada Eco101, sendo que o não cumprimento dos índices não gera vencimento antecipado, apenas limita a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%, os quais as controladas não estão realizando.

<u>Índices financeiros Ecopistas</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	52,14%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,20
(iii) Dívida líquida/EBITDA Ajustado	< 4,00	1,64
<u>Índices financeiros Eco101</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	0,80
(ii) Patrimônio líquido/ativo total	≥ 20%	60,8%
<u>Índices financeiros Ecoponte</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido ajustado/passivo total	≥ 20%	30,5%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	1,91
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,73
<u>Índices financeiros Eco050</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Beneficiária: ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥ 1,20	2,22
Beneficiária: Patrimônio Líquido / Ativo Total	≥ 20%	43,99%
Interveniente: Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	3,73

## Notas Explicativas

### Índices financeiros Eco135

	Exigido	Medido
(i) Cobertura de dívida	≥ 1,30	2,09
(ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado	≥ 20%	53,88%
(iii) Dívida Líquida/EBITDA Ecorodovias Concessões e Serviços	≤ 4,00	3,73

As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

### 16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Saldo no início do período	-	149.563	7.076.353	5.432.771
Adições (*)	945.829	-	1.887.538	966.046
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	39.332	2.478	578.104	259.786
Pagamento principal	-	-	(863.499)	(101.808)
Pagamento de juros	-	(2.034)	(447.291)	(176.884)
Saldo no fim do período	985.161	150.007	8.231.205	6.379.911
Circulante	37.568	150.007	1.446.161	1.980.481
Não circulante	947.593	-	6.785.044	4.399.430

Os vencimentos das parcelas não circulantes, tem a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora		
	30/06/2022		
	Parcela	Custo	Total
2023	-	(662)	(662)
2024	380.000	(970)	379.030
2025	285.000	(527)	284.473
2026	190.000	(216)	189.784
2027	95.000	(32)	94.968
	950.000	(2.407)	947.593



## Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	1.029.112	(6.946)	1.022.166	1.577.450	(13.324)	1.564.126
2024	3.116.057	(10.154)	3.105.903	1.712.210	(7.446)	1.704.764
2025	649.697	(6.862)	642.835	274.606	(6.285)	268.321
2026	333.246	(6.219)	327.027	64.451	(5.952)	58.499
2027	208.842	(5.743)	203.099	36.753	(5.660)	31.093
Posteriores a 2027	1.522.307	(38.293)	1.484.014	1.649.447	(37.832)	1.611.615
	6.859.261	(74.217)	6.785.044	5.314.917	(76.499)	5.238.418

(\*) As adições no período findo em 30 de junho de 2022 referem-se a:

### Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 5 anos, contados da data de emissão, sendo amortizados anualmente a partir da data de emissão, com carência de 12 meses. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 2,00% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão foram destinados ao pagamento de parte da 7ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de março de 2022.

### Ecovias dos Imigrantes

Em 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 25 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,25% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 7 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados ao pagamento da 3ª emissão de debêntures da controlada e reforço de caixa para operações de investimento. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 22 de março de 2022.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

**Notas Explicativas**

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecosul	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	1,61
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,90
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	4,88
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,50x	1,90
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	52,14
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,92
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 4,0x	1,64
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	2,41
Ecorodovias Concessões	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,73
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,10
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,73
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,73
		Ebitda Ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,10
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,50x	3,77
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,73
	9ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	3,73
10ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,73	
Eco050	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	2,22
		Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 20%	43,99
Ecoponte	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,91
		PL Ajustado/Passivo Total	≥ 20%	30,50
Holding do Araguaia	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 5,50x	3,73

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

**17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	61	420	21.319	25.817
Circulante	61	420	13.195	17.568
Não circulante	-	-	8.124	8.249

**Notas Explicativas****18. PARTES RELACIONADAS**

	Natureza	Ativo		Resultado	
		Circulante	Receita	Receita	Receita Juros de mútuo
Controladora					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controlada direta	201	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	Controlada indireta	74	198	-	-
Itinera Construções Ltda	Outras partes relacionadas	3	3	-	-
Igli Brasil	Outras partes relacionadas	40	40	-	-
Total em 30 de junho de 2022		<u>318</u>	<u>241</u>	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		<u>334</u>			
Total em 30 de junho de 2021			<u>367</u>	<u>71</u>	

	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita de Locação de Imóveis
Consolidado					
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	-	5.959	4.328	-
Consórcio Binário Porto de Santos	Outras partes relacionadas	-	5.568	6.549	-
Consórcio Alça da Ponte	Outras partes relacionadas	-	6.697	-	-
Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	-	6.196	-	-
Consórcio SP-070	Outras partes relacionadas	-	2.110	1.670	-
Itinera Construções Ltda	Outras partes relacionadas	-	131.928	25.055	-
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas	-	164	-	-
Igli Brasil	Outras partes relacionadas	28	-	-	-
SINELEC SPA	Outras partes relacionadas	-	-	-	-
Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	4	-	-	99
Igli Brasil	Outras partes relacionadas	40	-	-	99
GLP Imigrantes Empreendimentos	Outras partes relacionadas	-	-	599	-
Consórcio PSG	Outras partes relacionadas	-	-	252	-
IGLI SPA	Outras partes relacionadas	-	-	613	-
Total em 30 de junho de 2022		<u>72</u>	<u>158.622</u>	<u>39.066</u>	<u>198</u>
Total em 31 de dezembro de 2021		<u>364</u>	<u>239.141</u>	<u>36.080</u>	
Total em 30 de junho de 2021					-

## Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2022, houve a renovação dos contratos de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas que a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta para todas as empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos é de R\$322.209, com vencimento em 31 de dezembro de 2022.

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 30 de junho de 2022 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolverem a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/06/2022	31/12/2021
				100% CDI +		
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	1,20% a.a.	171.920	163.597
Ecovia	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	70.410
Ecocataratas	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	80.490
Ecovia	Ecorodovias Concessões	12/2021	09/2022	100% CDI	6.743	-
Ecocataratas	Ecorodovias Concessões	12/2021	09/2022	100% CDI	21.203	-
					<u>199.866</u>	<u>314.497</u>

### Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$13.445 (R\$14.955 para o período de 2021), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

### 19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.850.884	78.930	-	-	1.929.814
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(390.656)	(19.581)	-	-	(410.237)
Realização da manutenção	(1.479.352)	-	(60.518)	-	(1.539.870)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	320.995	-	-	14.711	335.706
	<u>301.871</u>	<u>59.349</u>	<u>(60.518)</u>	<u>14.711</u>	<u>315.413</u>
Circulante	95.143				89.390
Não circulante	206.728				226.023

**Notas Explicativas****20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

	31/12/2021	Reversão (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2022
Constituição da provisão para obras futuras	155.085	-	-	-	155.085
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.858)	-	-	-	(21.858)
Realização da construção	(107.267)	-	(106)	-	(107.373)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.340	-	-	408	19.748
Atualização Monetária	4.257	(1.678)	-	-	2.579
	<u>49.557</u>	<u>(1.678)</u>	<u>(106)</u>	<u>408</u>	<u>48.181</u>
Circulante	37.357				22.785
Não circulante	12.200				25.396

**21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO****i) Outorgas fixas e variáveis**

	30/06/2022	31/12/2021
Parcelas:		
Variáveis	2.066	2.543
Fixas	975.636	1.526.269
Verbas/Taxas de fiscalização	3.224	3.287
Outras	1.072.617	1.072.617
	<u>2.053.543</u>	<u>2.604.716</u>
Circulante	105.209	100.831
Não circulante	1.948.334	2.503.885

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo no início do período	2.604.716	1.003.361
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	45.184	39.888
Baixa Principal (vide Nota Explicativa nº 21.iv)	(253.718)	-
Revisão taxa AVP (vide Nota Explicativa nº 21.v)	(366.262)	418.846
Intangível	-	1.289
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 27)	116.582	83.133
Pagamento do principal	(92.959)	(86.767)
Saldo no fim do período	<u>2.053.543</u>	<u>1.459.750</u>

**ii) Outros compromissos relativos a concessões**

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

**Notas Explicativas**

	30/06/2022 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	9.138	111.918	45.809	166.865
Ecovias	474.608	1.180.381	58.247	1.713.236
Ecopistas	48.071	569.710	287.677	905.458
ECO101	1.329.462	564.031	436.861	2.330.354
Ecoponte	180.693	191.496	105.083	477.272
Eco050	455.643	1.486.755	12.524	1.954.922
Eco135	983.038	1.284.152	59.792	2.326.982
Ecovias do Cerrado	728.581	1.660.705	95.259	2.484.545
Ecovias do Araguaia	3.782.887	3.743.736	655.652	8.182.275
<b>Total</b>	<b>7.992.121</b>	<b>10.792.884</b>	<b>1.756.904</b>	<b>20.541.909</b>

iii) Termo Aditivo Modificativo ("TAM") nº 20/2022 – Ecovias dos Imigrantes

Em 31 de março de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 20/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes ("Ecovias"), a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

O TAM nº 20/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obras de complementação do dispositivo de acesso ao Bairro Jardim Casqueiro, localizado no km 59+850 da Rodovia Anchieta, mediante a implantação de via coletora na pista norte e a alça de acesso do viaduto à Av. Joaquim Jorge Peralta, além de outras intervenções. As obras proporcionarão melhorias nos acessos, trânsito e segurança dessa região do município de Cubatão-SP e serão realizadas até setembro de 2023.

O valor total das obras e serviços é de R\$72.675 (base: set/2021), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 8,583%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 62 dias, com término da concessão no dia 21 de janeiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

iv) 1º Termo Aditivo – Eco135 Concessionária de Rodovias

Em 29 de junho de 2022, ocorreu a celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato SETOP 004/2018 de Concessão da BR153, entre a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, que resultará no reequilíbrio em favor da Concessionária, mediante desconto integral da outorga pelo prazo de 30 meses, a contar a partir do início da operação do segmento rodoviário denominado Anel Viário de Montes Claros pela controlada.

O desconto sobre o valor total da outorga a ser paga ao Poder Concedente pela Concessionária é de R\$244.000 (base: mar/2022), representando uma redução de aproximadamente 20% em valor presente das obrigações futuras.

O Termo Aditivo tem por objeto a incorporação, no Contrato de Concessão, do Anel Viário composto por 14,09 km de rodovias, sendo 4,45 km referente a implantação de novos trechos e 9,64 km referente a restauração e adequação de trecho já existente. O valor total das obras do Anel Viário é de R\$230.000 (base: mar/2022), resultando em um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno real desalavancada (TIR) de 8,47% a.a. em favor da Concessionária, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

O Termo Aditivo ainda prevê a exclusão de trecho urbano de Montes Claros com extensão de 3,1 km, que será excluído do Contrato de Concessão concomitantemente ao início da

## Notas Explicativas

operação do Anel Viário, previsto para janeiro de 2024, no valor total de R\$44.000 (base: mar/2022).

### v) Revisão taxa AVP – Eco135 Concessionária de Rodovias

Considerando que, conforme Nota Explicativa nº 21.iv), em 29 de junho de 2022 a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinou termo aditivo ao Contrato de Concessão, estabelecendo novos termos ao contrato e com conseqüente redução na dívida, a Companhia realizou de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, CPC 12 Ajuste a Valor Presente item 5, a revisão da taxa de AVP atual. A nova taxa de AVP permite uma melhor posição de valor econômico, promovendo a divulgação de informações mais próximas da realidade econômica. Mediante utilização da técnica de ajuste a valor presente, as contas do Ativo e as do Passivo são avaliadas por critérios de mensuração que possibilitam apresentá-las a valores correspondentes às respectivas datas de transação. Uma nova mensuração do ajuste a valor presente foi realizada, gerando um novo reconhecimento do valor patrimonial. A taxa de desconto considerando a taxa WACC real atual é de 8,37%.

## 22. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO

### a) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 26.

Como desdobramento das investigações, em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de R\$10.000.

Em razão do recebimento da mencionada ação judicial, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das conseqüências e riscos avaliados nos memorandos datados de fevereiro de 2020, 2021 e 2022 e iniciou as providências com seus assessores contratados para elaboração e apresentação de defesa no prazo legal, considerando que a ação judicial não contempla pedido de liminar contra a Companhia.

## Notas Explicativas

Diante da avaliação dos assessores de que a ação judicial não inova nas consequências e riscos já analisados, a Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas.

### b) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias se obrigava a realizar obras e pagamentos que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão da Ecovias, consistentes na construção do Boulevard Anchieta, no prazo de 8 anos; B) R\$150.000 para fins de desconto tarifário pela Ecovias ou pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em 8 parcelas anuais, conforme preferência a ser declarada pelo Estado de São Paulo; e C) R\$38.000 a título de multas, que seriam arcados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia arcará com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações. O ANPC necessitaria ser homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP") e, posteriormente, por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para surtir efeitos.

Conforme Fato Relevante de 15 de março de 2022, o ANPC foi integralmente homologado pelo CSMP. Como o entendimento da Companhia era pela grande probabilidade da homologação integral do ANPC pelo CSMP, a Administração da Companhia já havia reconhecido a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Por fim, conforme Fato Relevante de 04 de abril de 2022, o ANPC foi homologado judicialmente em 1º de abril de 2022 pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, passando a surtir efeitos. Diante disso, foi iniciado o cumprimento das obrigações estabelecidas, mediante (i) a realização do pagamento da primeira parcela semestral das multas estipuladas em R\$38.000, (ii) a realização do pagamento integral dos R\$12.000 decorrentes de outras obrigações e (iii) a decisão do Governo do Estado de São Paulo ratificando a execução dos R\$450.000 em obras de interesse público, no âmbito de procedimento administrativo instaurado pela ARTESP para esta finalidade. Com relação ao cumprimento de obrigação de pagar ou conceder desconto tarifário, referente aos R\$150.000, aguarda-se a conclusão do procedimento de definição pelo Estado de São Paulo.

### c) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

#### Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário



## Notas Explicativas

suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Aguarda-se andamento do processo e julgamento do mérito em primeira instância. A decisão judicial tem sido cumprida pela ANTT.

### Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão.

A medida cautelar decorre de representação apresentada por deputados federais do RS. Em síntese, os Representantes alegam que a referida Deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao elevar os valores dos pedágios praticados pela Ecosul, traria problemas econômicos à região de Pelotas/RS e iria de encontro ao Acórdão 883/2020 do TCU, que teria indicado a existência de potenciais desequilíbrios a serem apurados pela Agência Reguladora, atualmente com exigibilidade suspensa.

Segundo o TCU, a Deliberação ANTT nº 277/2021 teria contrariado o Acórdão nº 883/2020 ao autorizar a majoração das tarifas praticadas no polo rodoviário de Pelotas. No entendimento do ministro relator, diante da possibilidade de se confirmar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato discutida na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, haveria fundamentos para se suspender o “aumento das tarifas” até o julgamento do pedido de reexame da Concessionária e dos embargos de declaração da ANTT naquele processo.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente, não tendo havido quaisquer violações aos comandos discutidos na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, uma vez que a ANTT tomou o devido cuidado para respeitar as disposições do Acórdão nº 883/2020 no âmbito do processo de revisão tarifária.

A referida decisão também tem afetado o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), embora a própria Procuradoria Geral da ANTT tenha indicado não haver impedimentos legais para o prosseguimento do processo e recomendar à Agência aplicação do reajuste tarifário (mera atualização monetária da TBP). A Concessionária atua perante à ANTT e o TCU para recompor os reajustes em atraso e reverter a decisão do TCU.

## Notas Explicativas

### d) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Apresentadas as defesas foi realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Aguarda-se o prosseguimento do feito.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que as obrigações estabelecidas estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia informa que, nos termos da Cláusula 6a, item (I) do Acordo, se comprometeu a implementar um programa de integridade efetivo e robusto, baseado nos critérios estabelecidos no Capítulo IV do Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015, para mitigação de eventuais riscos de corrupção e suborno, a partir das descrições dispostas no Apêndice 1 do Acordo. Tal Programa de Integridade deve ser implementado no prazo de 32 (trinta e dois) meses contados do início do regime de monitoramento independente, ao qual a Companhia também aceitou se sujeitar, conforme o Apêndice 2 do Acordo, e que tem por objetivo assegurar a implementação das medidas descritas no Apêndice 1 ("Monitoramento"). Com base nas recomendações formuladas no bojo do Monitoramento, a Companhia vem continuamente implementando melhorias consistentes no seu Programa de Integridade. Dentre outros aprimoramentos, em fevereiro de 2021 a Companhia obteve a certificação ISO 37001, que atesta o compromisso contínuo com a adoção de mecanismos para coibir práticas de anticorrupção e suborno. Esta certificação foi mantida em fevereiro de 2022. Além disso, em janeiro de 2022, foi criada uma Diretoria de Compliance, com vistas a garantir a independência, estrutura e autoridade da área responsável pela aplicação do Programa de Integridade e pela fiscalização de seu cumprimento. O cronograma e o status da implementação das recomendações formuladas pela Monitora Independente são periodicamente reportados pela Diretoria de Compliance & Governança Corporativa ao Comitê de Auditoria da Companhia. O relatório final sobre o Monitoramento está em fase de confecção, sendo aguardada sua conclusão até 14 de agosto de 2022, nos termos previstos pelo Acordo de Leniência. O acordo prevê possibilidade de extensão do prazo, mediante requerimento da Companhia e concordância do Ministério Público Federal, caso se entenda que, em razão de motivos alheios à vontade da Companhia, o cumprimento das ações mencionadas no Apêndice exija prazo adicional.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A Companhia e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a Ecocataratas e R\$27.570 para a Ecovia; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar

## Notas Explicativas

e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador.

Em agosto de 2020, foi proposta por Ecovia e Ecocataratas a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade às Concessionárias, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. DER/PR interpôs recurso, sem sucesso. Aguarda-se saneamento do processo.

Ainda, no âmbito da regulação contratual da Ecovia e Ecocataratas, em setembro de 2020, foram propostas ações pelas concessionárias (Ecovia: Ação 5044213-08.2020.4.04.7000 - distribuída originariamente para Juízo Federal da 5ª VF de Curitiba e redistribuída por conexão ao Juízo da 1ª VF de Curitiba - Ecocataratas: Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando obter o reconhecimento ao direito de reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da isenção da cobrança dos eixos suspensos face a Lei 13.711/2018).

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. Ecovia e Ecocataratas interpuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente a tese das Concessionárias. Aguarda-se trânsito em julgado da decisão.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra Ecovia e Ecocataratas e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito, decisão atacada por recurso pelas Concessionárias. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar. Em decisão saneadora o Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Aguarda-se a expedição das citações aos Controladores para que integrem o processo.

Quando da finalização dos Contratos de Concessão 073 e 076/97 o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR ajuizou ações Cíveis Públicas em face da Ecovia e Ecocataratas pleiteando: (i) implementem sistema de canalização do tráfego nas praças de pedágio (segurança viária) em decorrência da desmobilização e encerramento das concessões; e (ii) estabeleçam um cronograma conjunto com o DER/PR para entrega dos bens reversíveis em até 60 (sessenta) dias (decorrente do encerramento dos Contratos de Concessão). Foi deferida a liminar para que as Concessionárias implantassem canalização de acordo com o projeto apresentado ao DER/PR, assim como estabelecessem um cronograma para reversão dos bens em até 60 dias. As Concessionárias comunicaram que já cumpriram a liminar e encerraram a entrega dos bens reversíveis ao Poder Concedente.

## Notas Explicativas

### e) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), atualmente denominada Santos Port Authority ("SPA") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em 26 de maio de 2022, a ANTAQ proferiu o Acórdão nº 301/2022 através do qual reitera o direito do Ecoporto Santos ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304.281 (noventa e quatro milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais), com data-base em dezembro 2016.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m<sup>2</sup>) comparada àquela prevista no edital (170.000 m<sup>2</sup>) do Contrato. Em 09 de julho de 2021 a ANTAQ, por decisão unânime, manifestou-se favoravelmente à celebração do compromisso arbitral através do Acórdão nº 370. Em 26 de julho de 2021 o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para manifestação. Aguarda-se manifestação do Ministério da Infraestrutura quanto ao pleito de celebração do compromisso arbitral ou quanto à possibilidade de instauração de processo de mediação para solucionar a controvérsia à indenização pela alteração das áreas.

**Notas Explicativas****23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO**

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	64.632	179.644	28.115	9.602	281.993
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5	13.113	3.376	1.813	18.307
(-) Pagamentos	(3)	(8.439)	(5.968)	(5.110)	(19.520)
(+) Atualização monetária	2.432	13.520	842	759	17.553
Saldos em 30 de junho de 2022	67.066	197.838	26.365	7.064	298.333

Em 30 de junho de 2022, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, para qualquer natureza demonstrada no quadro acima.

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital Social

Para o período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia não apresentou movimentações de capital social.

Reserva de Lucros

Em 27 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária, aprovou a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício de 2021, sendo que o montante de R\$3.958 foi declarado como dividendo adicional, tendo a Companhia reclassificado o referido montante para o "Dividendos a Pagar" no Passivo Circulante.

**Notas Explicativas****25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas com arrecadação de pedágio	733.923	848.438	1.481.808	1.677.736
Receitas de construção	572.847	241.600	942.805	411.153
Receitas portuárias	139.262	130.005	279.353	258.931
Receitas acessórias	26.613	25.063	54.171	50.656
Receitas logísticas	9.532	11.392	17.148	18.743
Receita bruta total	<u>1.482.177</u>	<u>1.256.498</u>	<u>2.775.285</u>	<u>2.417.219</u>
Deduções da receita	(93.554)	(102.679)	(189.877)	(204.348)
Deduções do reconhecimento da receita	(51.700)	(55.658)	(108.879)	(108.836)
Receita líquida	<u>1.336.923</u>	<u>1.098.161</u>	<u>2.476.529</u>	<u>2.104.035</u>

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	733.923	848.438	1.481.808	1.677.736
Receitas portuárias	139.262	130.005	279.353	258.931
Receitas logísticas	9.532	11.392	17.148	18.743
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	26.613	25.063	54.171	50.656
	<u>909.330</u>	<u>1.014.898</u>	<u>1.832.480</u>	<u>2.006.066</u>
<u>Deduções</u>				
Cofins (i)	(38.454)	(41.513)	(77.882)	(83.063)
PIS (ii)	(8.346)	(8.859)	(17.065)	(17.979)
ISS (iii)	(46.189)	(51.734)	(94.147)	(102.338)
Outros – ICMS	-	-	-	(3)
Dedução do reconhecimento da receita	(51.700)	(55.658)	(108.879)	(108.836)
Abatimentos	(565)	(573)	(783)	(965)
	<u>(145.254)</u>	<u>(158.337)</u>	<u>(298.756)</u>	<u>(313.184)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- iii. Alíquota média de 5,0%.

**Notas Explicativas****26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal	3.453	4.935	8.349	8.749	122.561	116.424	242.365	220.499
Conservação e manutenção e outros	16	379	20	385	42.493	47.440	80.910	88.725
Serviços de terceiros (i)	1.154	1.180	2.666	2.987	77.220	55.608	145.587	119.188
Seguros	233	306	555	600	5.952	6.168	12.148	11.744
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	-	-	22.417	20.014	45.184	39.888
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	-	-	35.217	30.982	59.349	63.054
Custo de construção de obras	-	-	-	-	572.847	241.600	942.805	411.153
Depreciações e amortizações (Vide Nota Explicativa nº 12 e 13)	351	348	733	503	138.228	176.394	272.025	330.694
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	14	(178)	162	146	3.295	2.819	8.585	6.372
Outros custos e despesas operacionais	426	388	841	618	35.434	40.759	69.381	65.121
	<u>5.647</u>	<u>7.358</u>	<u>13.326</u>	<u>13.988</u>	<u>1.055.664</u>	<u>738.208</u>	<u>1.878.339</u>	<u>1.356.438</u>
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	985.203	675.893	1.738.404	1.232.969
Despesas gerais e administrativas	<u>5.647</u>	<u>7.358</u>	<u>13.326</u>	<u>13.988</u>	<u>70.461</u>	<u>62.315</u>	<u>139.935</u>	<u>123.469</u>
	<u>5.647</u>	<u>7.358</u>	<u>13.326</u>	<u>13.988</u>	<u>1.055.664</u>	<u>738.208</u>	<u>1.878.339</u>	<u>1.356.438</u>

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

**Notas Explicativas****27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	385	780	4.321	807	45.500	13.649	105.114	21.128
Juros sobre Mútuos	-	44	-	71	-	-	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1	-	2	-	3.226	801	5.657	1.376
Atualização monetária venda Elog	-	712	416	1.492	-	712	416	1.492
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	18.689	42.677	54.160	50.484
Outras	161	291	290	298	5.006	4.246	6.955	4.920
	<u>547</u>	<u>1.827</u>	<u>5.029</u>	<u>2.668</u>	<u>72.421</u>	<u>62.085</u>	<u>172.302</u>	<u>79.400</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures	(32.601)	(1.355)	(38.891)	(2.189)	(209.774)	(76.842)	(368.968)	(139.204)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(24.186)	(44.443)	(44.590)	(35.550)	(55.330)	(114.026)	(105.906)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(104.712)	(50.245)	(198.761)	(111.820)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(336)	(145)	(441)	(289)	(5.086)	(4.191)	(10.375)	(8.762)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	(59.761)	(16.099)	(116.582)	(83.133)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	-	-	(8.871)	(10.852)	(15.119)	(21.704)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	-	-	(15.328)	(4.175)	(22.204)	(7.683)
Juros capitalizados	-	-	-	-	91.206	15.469	170.248	30.948
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(47)	(89)	(276)	(145)	5.092	(4.393)	(2.868)	(6.633)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(2)	(12)	(2)	(12)	(9.023)	(9.314)	(17.553)	(12.901)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(3)	(69)	(7)	(70)	(2.602)	(2.620)	(5.023)	(4.642)
Outras	(2.048)	(1.575)	(3.825)	(3.425)	(4.408)	(9.473)	(22.214)	(18.080)
	<u>(35.037)</u>	<u>(27.431)</u>	<u>(87.885)</u>	<u>(50.720)</u>	<u>(358.817)</u>	<u>(228.065)</u>	<u>(723.445)</u>	<u>(489.520)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.490)</u>	<u>(25.604)</u>	<u>(82.856)</u>	<u>(48.052)</u>	<u>(286.396)</u>	<u>(165.980)</u>	<u>(551.143)</u>	<u>(410.120)</u>



**Notas Explicativas****28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro básico e diluído – resultado do período	0,01	0,38
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,01	0,38

**a) Lucro básico por ação**

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	8.894	215.346
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	8.894	215.346
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	564.782
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	564.069
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,01	0,38
Lucro básico e diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,01	0,38

**b) Lucro diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (*Stock Options*) expirou em 28 de abril de 2020.

**29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO****Índice de endividamento**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Dívida (i)	985.222	1.258.083	12.086.375	12.590.154
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(20.091)	(10.928)	(2.244.621)	(3.285.720)
Dívida líquida	965.131	1.247.155	9.841.754	9.304.434
Patrimônio líquido (ii)	2.125.245	2.120.309	2.324.833	2.330.038
Índice de endividamento líquido	0,45	0,59	4,23	3,99

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Notas Explicativas

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2022 são como segue:

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	15.710	15.710
Clientes (ii)	234.688	234.688
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (i)	1.261.049	1.261.049
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (vi)	1.072.617	1.072.617
Passivos:		
Fornecedores (ii)	247.409	247.409
Empréstimos e financiamentos (iii)	1.780.308	1.717.702
Debêntures (iii)	8.231.205	7.550.709
Passivo de arrendamento (iii)	21.319	21.319
Obrigações com Poder Concedente (iv)	980.926	2.403.406
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	3.126	3.126
Obrigações com Poder Concedente (vi)	1.072.617	1.072.617

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.
- (vi) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproximam-se do valor justo na data do balanço.

### Gestão de riscos

#### a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$110.973 (R\$103.605 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

## Notas Explicativas

### b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	3.024.083	4.925.955	1.492.852	8.474.608
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	166.403	164.455	166.038	1.508.193
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	47.805	47.143	46.431	539.242
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.289	11.289	11.289	152.401
Obrigações com Poder Concedente	102.112	114.091	127.475	14.355.078
Finame	2.162	965	6.959	11.927
Passivo de arrendamento	13.195	2.156	1.487	4.481
	<u>3.367.049</u>	<u>5.266.054</u>	<u>1.852.531</u>	<u>25.045.930</u>

Em 30 de junho de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$740.061 (ativo circulante de R\$1.671.223 e passivo circulante consolidado de R\$2.411.284), principalmente decorrente de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, em função de renegociações de dívidas com alongamentos dos prazos para pagamento.

### Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	106.287	132.859	159.431
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (a)	(892.894)	(998.411)	(1.102.739)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA (b)	(359.202)	(380.949)	(402.440)
Empréstimos e financiamentos	Alta da IPCA (b)	(2.095)	(2.619)	(3.143)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente	Alta do IPCA (b)	(123.374)	(150.056)	(176.232)
Empréstimos e financiamentos	Alta do TJLP (c)	(29.568)	(29.918)	(30.267)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.300.846)</u>	<u>(1.429.094)</u>	<u>(1.555.390)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	14,56%	17,48%
IPCA (b)	5,64%	7,05%	8,46%
TJLP (c)	6,63%	8,29%	9,95%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – junho/2022.

**Notas Explicativas****30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO**

Em 30 de junho de 2022, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/06/2022	30/06/2021
Concessões rodoviárias	88,79%	82,70%
" <i>Holding</i> " e serviços	5,65%	11,52%
Portos	5,01%	5,07%
Logística	0,56%	0,71%

Nas tabelas a seguir apresenta-se informação financeira (combinada) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2022.

30/06/2022

Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	14.612.885	579.611	66.257	12.781.648	(12.137.791)	15.902.610
Ativo circulante	1.480.103	103.446	15.370	901.056	(828.752)	1.671.223
Ativo não circulante	13.132.782	476.165	50.887	11.880.592	(11.309.039)	14.231.387
Passivo	14.612.885	579.611	66.257	12.781.648	(12.137.791)	15.902.610
Passivo circulante	1.644.347	94.873	3.433	1.498.337	(829.705)	2.411.285
Passivo não circulante	6.680.427	113.287	2.968	5.343.307	(973.497)	11.166.492
Patrimônio líquido	6.288.111	371.451	59.856	5.940.004	(10.334.589)	2.324.833

30/06/2022

Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.342.008	132.118	14.715	148.932	(161.244)	2.476.529
Custo dos serviços prestados	(1.609.605)	(108.963)	(9.988)	(101.042)	91.194	(1.738.404)
Lucro bruto	732.403	23.155	4.727	47.890	(70.050)	738.125
Despesas gerais e administrativas	(112.932)	(26.654)	(2.547)	(53.331)	55.529	(139.935)
Amortização de investimentos	-	-	-	(7.329)	7.329	-
Outras receitas/despesas	923	287	274	8.264	(413)	9.335
Equivalência patrimonial	-	-	-	311.764	(311.764)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	620.394	(3.212)	2.454	307.258	(319.369)	607.525
Resultado financeiro	(289.589)	45.386	405	(307.485)	140	(551.143)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	330.805	42.174	2.859	(227)	(319.229)	56.382
Imposto de renda e contribuição social	(108.637)	(1.121)	(280)	52.409	-	(57.629)
Resultado das operações continuadas	222.168	41.053	2.579	52.182	(319.229)	(1.247)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	222.168	41.053	2.579	52.182	(319.229)	(1.247)
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(10.141)	(10.141)

**Notas Explicativas**

31/12/2021

Balço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894
Ativo circulante	1.770.701	77.664	14.857	1.575.321	(845.038)	2.593.505
Ativo não circulante	12.850.184	449.415	53.654	11.668.515	(11.221.379)	13.800.389
Passivo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894
Passivo circulante	1.948.525	92.315	2.494	2.883.719	(845.966)	4.081.087
Passivo não circulante	6.556.780	109.366	2.741	4.236.457	(922.575)	9.982.769
Patrimônio líquido	6.115.580	325.398	63.276	6.123.660	(10.297.876)	2.330.038

30/06/2021

Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.869.623	114.533	16.116	260.482	(156.719)	2.104.035
Custo dos serviços prestados	(1.063.172)	(82.671)	(9.908)	(163.810)	86.592	(1.232.969)
Lucro bruto	806.451	31.862	6.208	96.672	(70.127)	871.066
Despesas gerais e administrativas	(105.669)	(22.152)	(3.385)	(48.704)	56.441	(123.469)
Amortização de investimentos	-	-	-	(7.952)	7.952	-
Outras receitas/despesas	3.114	704	967	139	(368)	4.556
Equivalência patrimonial	893	-	-	582.760	(583.673)	(20)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	704.789	10.414	3.790	622.915	(589.775)	752.133
Resultado financeiro	(265.419)	35.298	62	(180.061)	-	(410.120)
Lucro operacional antes dos impostos	439.370	45.712	3.852	442.854	(589.775)	342.013
Imposto de renda e contribuição social	(144.506)	-	(490)	18.329	-	(126.667)
Resultado das operações continuadas	294.864	45.712	3.362	461.183	(589.775)	215.346
Lucro líquido do período	294.864	45.712	3.362	461.183	(589.775)	215.346

**31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

**b) Informações suplementares**

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

**c) Transações que não envolvem caixa**

No período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora 30/06/2022	Consolidado 30/06/2022
Direito de uso – CPC 06 (R2)	-	5.973

## Notas Explicativas

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 1ª Emissão de Debêntures – Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contarão com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN" ) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão será composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022.

#### Adesão ao Processo de Relicitação (extinção amigável do Contrato de Concessão) – Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Conforme Fato Relevante, divulgado em 15 de julho de 2022, a controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. protocolou, nesta data, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

A adesão ao processo de relicitação somente se tornará irrevogável e irretroatável após cumpridos os procedimentos previstos nos artigos 3º a 6º do Decreto nº 9.957/2019 e a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão prevista no art. 15, da lei 13.448/2017.

Considerando que a intenção de adesão ao processo de relicitação não é um evento vinculante, não há nesse momento nenhum reflexo no balanço e resultado da controlada e da Companhia.

#### Aprovação de linhas de crédito – Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Em 18 de julho de 2022, a Companhia, em conjunto com as controladas direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e indiretas Holding do Araguaia S.A. e Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., comunicou ao mercado, que o Banco Nacional de Desenvolvimento

## Notas Explicativas

Econômico e Social ("BNDES") e o Banco da Amazônia S/A ("BASA") aprovaram as linhas de crédito de longo prazo, para a controlada, no valor total de R\$4.200.000 e com prazo de vencimento em setembro de 2051. As linhas de crédito são compostas por: (i) Debêntures incentivadas, descritas acima; (b) Financiamento BNDES, a ser desembolsado conforme cronograma de execução de obras, no valor total de R\$3.160.000, ao custo de IPC-A+7,70% a.a. e com prazo de vencimento em setembro de 2051; e (iii) Financiamento BASA, a ser desembolsado conforme cronograma de obras, no valor total de R\$461.000, ao custo de IPC-A+2,51% a.a. e com prazo de vencimento em julho/2046.

### 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 19 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão será composta por 200 Notas Comerciais Estruturais, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um total de R\$200.000 e data de emissão em 22 de julho de 2022. O prazo de vencimento das Notas Comerciais Estruturais será de 83 dias, contados da data de emissão. Os recursos líquidos captados por meio dessa emissão serão destinados para realização de investimentos em qualquer sociedade controlada pela controlada. As Notas Comerciais Estruturais não contarão com garantias de qualquer natureza.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22(a) às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 32 que demonstra a intenção da administração na adesão ao processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo 28 de julho de 2022

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo – SP, 28 de julho de 2022.

Marcello Guidotti  
Diretor Presidente, Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles  
Diretor Executivo Jurídico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo – SP, 28 de julho de 2022.

Marcello Guidotti  
Diretor Presidente, Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles  
Diretor Executivo Jurídico